

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A POLÍTICA PÚBLICA DE ABRIGO INSTITUCIONAL

Rafaela Felipe Kohler

rafaelafk@gmail.com

Mestranda em Antropologia | PPGA/UFPR

Bolsista CAPES

Resumo: Rua Hercílio Luz, no 145, seria um endereço qualquer e localizado na maioria das cidades do estado de Santa Catarina. Em Flor do Sul é do Abrigo Institucional. Em 2012 o prefeito do Partido dos Trabalhadores anuncia sua criação. Eclodiram questionamentos e expectativas: O que é? Quem atende? No centro? Em setembro de 2013 inicia suas atividades. Os questionamentos persistem com a dificuldade do acolhimento. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais de pesquisa em andamento que analisa etnograficamente a implantação do atendimento a população em situação de rua a partir de instituição responsável – ocasião em que a política pública é concretizada na realidade e uma realidade passa a ter tal diretriz – e, ainda, refletir sobre relações estabelecidas enquanto pesquisadora e representante de uma classe mais privilegiada. Em especial, tratando-se de recentes direitos relativos à população em situação de rua – agora um problema social que exige compromisso político de superação de desigualdades incorporado a Política Nacional de Assistência Social.

Palavras-chave: abrigo institucional; pessoas em situação de rua; política nacional de assistência social.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais de pesquisa em andamento que analisa a política pública de atendimento a população em situação de rua na cidade de Flor do Sul¹, estado de Santa Catarina – ocasião em que a política pública é concretizada na realidade e uma realidade passa a ter tal diretriz – e, ainda, refletir sobre relações estabelecidas enquanto pesquisadora e representante de uma classe mais privilegiada. Assim, a partir da etnografia do Abrigo Institucional do município buscar apreender como localmente incide tal política de esfera nacional e, além disso, compreender sua cosmologia – ou seja, “a constelação de atores, práticas, significados que concorrem para sua existência e perpetuação” (Castro 2012: 17). Entretanto, refletir sobre a implantação é um processo complexo e com certa extensão temporal, envolve desde o anúncio do projeto, o desenrolar dos debates e, por fim, o próprio atendimento.

O Abrigo Institucional iniciou suas atividades em meados de setembro de 2013, como Casa de Passagem², e nesta mesma época iniciei as negociações para começar meu trabalho de campo na instituição. O partido político da gestão da prefeitura de Flor do Sul é o Partido dos Trabalhadores (PT) e por ter alguns amigos vinculados a ele, pedi que intermediassem pela minha presença na Casa³. Passados alguns meses do primeiro contato me encaminham para um dos membros da

coordenação que está ciente do meu interesse, o indago sobre a necessidade de agendar uma visita ao que me informa não ser, pois “não é preciso nenhuma formalidade”, basta ir até o imóvel e manifestar minha vontade que qualquer um dos funcionários irá me atender e apresentar as instalações.

Parto então para a minha primeira visita, estaciono o carro em frente ao imóvel e me direciono até a entrada – uma porta de vidro –, tento abrir, mas está trancada. Logo, uma pessoa sentada em uma escrivaninha, no que parece ser a recepção, me avista e abre a porta, meio desconfiada. Pergunto pelo meu contato, mas fazia pouco que tinha saído, então falo da minha pesquisa e que gostaria de conhecer a Casa. O funcionário que me atende liga então para meu contato – enquanto perdura a ligação aguardo de pé – e após o término com a confirmação dos fatos, outro funcionário se junta a nós.

Convidam-me a sentar e conversarmos por cerca de uma hora. Indagam – em tom quase provocativo – qual é a minha opinião pessoal a respeito da Casa de Passagem. Ambos ficam ansiosos pela resposta. Perguntam então, sobre qual eu penso ser sua função. Eu fico um pouco constrangida com as perguntas enfáticas, em quase tom de inquérito, eles pa-

²O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) estabelece uma série de instruções e diretrizes quanto ao funcionamento dos programas da assistência social, no que concerne à Casa de Passagem e Abrigo Institucional ambos equiparam-se no atendimento a pequenos grupos e são serviços de acolhimento institucional. Tem as mesmas exigências quanto ao local e equipe técnica com a diferença de que Casa de Passagem tem o marco da temporalidade, oferecendo abrigo para estudo de caso de curto prazo e posterior encaminhamento. Quanto à localização, dever estar em área residencial, com características arquitetônicas o mais próximo possível de uma residência familiar – evitando-se placas indicativas para não estigmatizar ou segregar –, inseridos na comunidade, de fácil acesso e próximo aos locais que os usuários costumam circular (cf. MDS 2010: 27-30).

³Nunca fui vinculada com o partido, mas pela proximidade com algumas pessoas que estavam nele, participei de eventos e discussões, então várias pessoas já tinham me visto e assim, era tida como “simpatizante”.

¹As referências no decorrer do texto são fictícias. A cidade se localiza no estado de Santa Catarina, na mesorregião do Vale do Itajaí. Tem suas paisagens cobertas pela mata atlântica em meio aos vales íngremes da Serra do Mar, com rio cortando a cidade e delineando o caminho das principais ruas e a marcação dos terrenos. O Vale do Itajaí turisticamente é chamado de Vale Europeu, pois tem como característica marcante – e marcada – o fato de ter sido colonizada por imigrantes vindos do continente Europeu. Há mais de 150 anos os imigrantes vêm em busca de melhores condições de vida, passados anos, a cidade continua recebendo uma vasta quantidade de novos moradores em decorrência do seu parque industrial, comercial de serviços e oferta de empregos – que a inserem entre as 10 economias mais ativas do estado.

recem perceber o meu mal estar e dizem que o motivo de perguntarem é porque, eles têm curiosidade de saber como as pessoas veem a coisa. Um deles antecipa então sua própria opinião, ele acha que, “pensando em termos administrativos”, é contra o empreendimento, pois “não é algo que dê retorno”. O outro, diz entender a posição, mas que “é mais idealista” e é a favor do atendimento prestado pela casa, mas que no dia-a-dia da instituição é obrigado a concordar com a posição de “não dar retorno”. Retomando a questão anterior digo que pelas leituras que tenho feito sobre a questão, a proposta é “reinserção social da pessoa que recebe o atendimento”... Antes de eu poder prosseguir, eles dizem que “a teoria é realmente esta”, mas pelas suas experiências é utópico pensar que somente isso irá mudar o comportamento das pessoas que recebem este atendimento, pois “a questão é bem mais complicada”.

Em relação ao encaminhamento de pessoas para Casa, como funciona?, pergunto. Antes de responderem, me advertem que houve uma alteração – da qual, até aquele momento eu não estava ciente – na condição da Casa de Passagem para Abrigo Institucional para moradores de rua, justamente pelas especificidades da legislação. A Casa de Passagem tem um público bem amplo e o marco bem definido da transitoriedade, então, na avaliação do período de funcionamento essa amplitude dificultava uma padronização de ações, questionando-se a necessidade do “merecimento” do acolhimento, além de dificilmente ficar dentro dos prazos. Como o trabalho é feito individualmente com os residentes, caso por caso, alguns atendimentos demoram bem mais.

Durante esta visita inicial, em diversos momentos, os funcionários indicavam que havia a necessidade de uma autorização formal da Secretaria de Assistência Social do município para a minha permanência, contradizendo a informação inicial de que bastaria “aparecer” para ter acesso. Então, mais uma etapa de “autorização formal” se fazia necessária. A tentativa aí se concentra em marcar

uma reunião com a Secretária o que demorou mais outros longos meses.

Chegada a tão esperada data apresento brevemente minha intenção de pesquisa em reunião com a Secretária de Assistência Social e o Coordenador da Alta Complexidade, mencionando a importância de poder analisar a situação concreta da cidade, tendo em vista a recente previsão específica no que diz respeito ao atendimento pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ao falar da PNAS, a secretária comentou que estão cientes do que postula, mas na cidade procuram ter em mente a realidade local e o que o prefeito quer para o serviço e assim se adaptar. Pontuam também a mudança de Casa de Passagem para Abrigo Institucional e informam-me que o dia-a-dia da casa é um verdadeiro desafio, estão aprendendo como lidar com a forma de acolhimento. Dispus-me a ajudar em alguma atividade, mas me responderam que naquele momento não havia nenhuma função específica que poderia desempenhar, ficaria como pesquisadora estagiária, mas se me sentisse à vontade poderia auxiliar os educadores.

Meu campo no abrigo começou em de junho. Neste tempo faço visitas quase diárias ao abrigo, revezando horários entre manhã, tarde e noite para acompanhar diferentes rotinas. Não tive um horário fixo, então fui escolhendo no decorrer dos dias e atividades. No meu primeiro dia de campo efetivo na instituição fui apresentada a algo que me acompanharia todos os dias restantes e são balizas nas relações ali estabelecidas. Mas, antes disso, parte importante do que é a casa foi à forma como foi percebida na ocasião do anúncio.

ANÚNCIO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Eu tenho que levantar uma preocupação que me trouxeram e na minha opinião é pertinente. Olha, nós na semana passada tivemos o conhecimento e foi largamente divulgado no jornal, uma “Casa de Passagem” que está sendo instalada no município. E, inclusive, nós fomos lá dar uma olhada, porque a vizinhança começou a perguntar. Eu até no início, eu entendi que era casa de

massagem. Aí porque eu conheço alberque, "Casa de Passagem" eu nunca tinha ouvido esse nome. Aí a pessoa que veio reclamar, disse "olha, eles estão fazendo lá uma "Casa de Passagem". Eu pensei vai ver que vão vender passagem de ônibus. Mas, eu... me chamou a atenção, eu acho que essa preocupação é pertinente, pelo seguinte: tudo bem, a gente sabe que tem gente morando debaixo da ponte, que tem mendigos, que tem pessoas que precisam acolhimento... Nós temos essa sensibilidade. Agora, naquele local? Onde rodeado de residências já, famílias já de muitos anos morando ali. Especialmente naquele local e ainda com um programa que na minha opinião é a maior furada que o município vai dar até hoje, [...] Olha, eu não sei viu, eu acho que está se fazendo ou querendo fazer um assistencialismo que depois vai ser muito difícil de cortar.

Essa é a fala de um vereador, manifestando-se na Câmara após a imprensa local repercutir o lançamento oficial da Casa de Passagem pela prefeitura no município de Flor do Sul. O projeto concretizou um compromisso para ampliação dos serviços de assistência social firmado pela gestão do PT na cidade. O anúncio da implantação do novo atendimento aconteceu em dois eventos, primeiramente foi lançado o projeto em 2012 e em 2013 de maneira oficial.

Antes da institucionalização da política de acolhimento da população em situação de rua o atendimento era feito através de medidas pontuais vinculadas a igrejas ou em centros terapêuticos e de recuperação privados, tendo na esfera estatal um apoio – sem uma obrigação, assim, a não formalização também contribuía, de certa maneira, para uma invisibilização desta demanda.

Em 2012, o lançamento do projeto aconteceu em evento ecumênico que contou com apresentações musicais, mensagem de representantes das igrejas católica, luterana e neopentecostais e finalizou com a apresentação da Casa de Passagem pelo prefeito municipal. Nesta ocasião, o prefeito enfatizou a parceria entre poder público e igrejas, legitimando o atendimento anterior, mas demarcando um momento de transição. Também indicando, como lembra Taniele Rui (2012), que haverá

uma nova forma do Estado conceber o contato com esta população específica.

O lançamento oficial, entretanto, ocorreu em abril de 2013 no salão nobre da prefeitura. Nesta ocasião o prefeito e secretária de assistência social apresentaram formalmente para membros da sociedade civil, entidades, igrejas e imprensa o novo empreendimento que seria localizado no centro do município. Com previsão para acolher aproximadamente 30 pessoas e funcionamento 24 horas, mediante encaminhamento da equipe de assistência social do município e com intuito de ser uma unidade de acolhimento imediato, emergencial e transitória.

Assim, no atendimento iria se verificar a situação apresentada e realizar os devidos encaminhamentos com a finalidade de assegurar o acesso das pessoas aos seus direitos. Para o prefeito, a Casa de Passagem é uma necessidade devido ao crescimento da cidade, o que antes se via somente "na televisão ou em cidades maiores", mas ainda está em tempo de "barrar isso, resolver esse problema" – "Não vamos ter uma pousada, um hotel para que a pessoa fique o tempo que quiser, não vai ser isso, terão regras. E o foco dessa casa será a pessoa, a reconquista da dignidade dessa pessoa".

Quando se afirma que a população de rua – ou em vulnerabilidade ou risco social – é parte da sociedade, se faz "a partir de uma concepção da sociedade enquanto Estado democrático de direito e da perspectiva da cidadania, o que é colocado em jogo é uma noção bastante ampla de 'exclusão social'" (Mello 2011: 136). As vulnerabilidades e riscos dizem respeito a situações próprias do desenvolvimento do capitalismo que culminam num modo de vida desejado, mas que envolvem ainda "fatores sociais, econômicos, políticos, morais, policiais, legais, urbanísticos e fundamentalmente, mas não só, a disposição individual" (Rui 2012: 71), impulsionando gestões com vistas tanto para recuperação quanto eliminação.

A instituição da Política Nacional de As-

sistência Social (PNAS) em 2004 consolidou o compromisso apontado na Constituição Federal de 1988 com os direitos sociais e humanos. O Estado passou então de apoiador para responsável por atender as demandas de proteção social da população.

A partir do anúncio oficial as discussões passam a tomar forma na opinião pública. Grande parcela do embate foi efetivada através das manifestações na imprensa, em especial pela parte contrária a instalação. Advirto que neste momento da discussão as falas referem-se a expectativas e previsões quanto ao empreendimento, visto que ainda não estava em funcionamento. Pensar esse discurso de expectativas – sem a casa em funcionamento – corrobora com muitos discursos do senso comum sobre o lugar relegado às pessoas que estariam à parte da sociedade e, assim, observar a visibilidade que o tema passou a ter na ocasião diz respeito a alguns nexos de significado.

No lançamento uma das preocupações era frisar que a principal característica da Casa de Passagem era justamente sua transitoriedade e diferenciando explicitamente da condição de abrigo ou mesmo local para tratamento. Seria sim um local para encaminhamento das pessoas em “condições de vulnerabilidade ou risco social” atuando em parceria com outros programas da assistência social e da saúde.

Várias pessoas se posicionaram sobre o assunto alegando que, em grande medida, só servirá para atrair mais pessoas de outros lugares⁴. Além disso, em vez de dar condições para as pessoas que estão na cidade optam por beneficiar pessoas “não merecedoras”. Os vereadores de oposição questionam o caráter assistencialista em demasia, em favor de

acomodados e propõem que a Casa de Passagem seja para dar passagem de ônibus para essas pessoas retornarem para suas cidades de destino e não ficarem sob responsabilidade da prefeitura e sustentados pelos contribuintes municipais ou no mínimo que a casa seja instalada em um local que não leva ônus para sociedade. Evidenciando que essas pessoas são maus elementos ou precisam de cuidados especiais e necessitam certo isolamento. As manifestações contrárias, em grande parte, dizem respeito à luta por diferenciação dos domiciliados ao dividir o mesmo espaço, as “fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas e visões de mundo antagônicas e as põem em contato – por meio da disputa” (Arantes 1994 *apud* Rui 2012: 196).

Do lado da situação, os vereadores defendem o projeto, a localização e a bem aventurança que a iniciativa pode trazer a cidade. Já que a partir da abertura haverá um local definido para abrigar a população necessitada. Os vereadores empenhavam-se na construção de um discurso alinhado com a história de luta pelos direitos humanos. Afirmando, mobilizando elementos em favor da solidariedade cristã, o direito a igualdade de condições e se posicionam contra falas de preconceito por uma condição diferenciada das pessoas por estarem morando na rua e, interrogam que muito se reclamava que os moradores de rua ficavam nas ruas e perturbavam a comunidade aí com a proposta da casa, o problema passa a ser sua localização.

A prefeitura – responsável pela instalação – evitava entrar em embates maiores, se posicionou legitimando o direito a manifestação, afirmando que a rejeição da comunidade se deve à falta de conhecimento sobre o serviço e sobre o público atendido, explicitando aí a vinculação com a política nacional. Dessa forma, a localização do imóvel foi feita observando os preceitos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social de forma a não estigmatizar ou segregar pessoas. Dito isso a indignação passa a ser com o fato de o modelo ser de esfera federal sob o argumento que quem entende da nossa cidade é o prefe-

⁴Os migrantes, por sinal, ocupam um lugar de destaque nos diagnósticos da Secretaria de Assistência Social percebido através dos cadastros nos programas sociais de famílias provenientes de 25 estados do país. Nas últimas décadas a população de Flor do Sul quase quadruplicou seu número, passando de aproximados 30 mil habitantes em 1970 para os 120 mil habitantes atuais.

to e as pessoas que vivem nela e não os burocratas de Brasília que integram o MDS.

Diante de toda rejeição, em entrevista concedida pelo prefeito e questionado sobre como seria administrada a rejeição à Casa de Passagem, sua resposta enfatizou que a casa “não vai ser um hotel, não vai ser uma pousada”, caberá à assistência social ou a polícia a abordagem e encaminhamento, “não é para qualquer um” – “Queremos que a população nos dê a oportunidade de praticar a solidariedade”, mas “se percebermos que esse não é o caminho, nada impede de fecharmos esse serviço na cidade”.

FUNCIONAMENTO DO ABRIGO INSTITUCIONAL

“Eu vou quebrar tua cara!” – essa fala foi a que eu mais ouvi no meu primeiro dia de campo no abrigo. Um dos residentes estava na porta do abrigo indignado que foi caminhando até o hospital para um exame e lá chegando não o atenderam. Brandeava que não custava algum dos funcionários ter levado ele ao hospital, pois havia um carro da prefeitura estacionado em frente da casa. Os funcionários tentava acalmá-lo explicando que o carro estava ali, pois estavam em reunião, mas quanto mais argumentavam, maior ficava a revolta. Suspeitava-se que ele está sob efeito de alguma droga. Eu quero uma internação, repetia. Enquanto isso os funcionários tentavam entrar em contato com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e bombeiros, ambos dizem que não é de sua responsabilidade a ocorrência e não há possibilidade de internação. Alguns minutos de discussão se passam, o clima permanece bem tenso até que o residente invade a recepção, quebra uma das janelas aos socos com alegação que o fez para descarregar sua raiva e não bater em alguém ali.

A polícia militar chega e indica que seja formalizado um Boletim de Ocorrência, pois houve depredação de bem público, mas alguém precisa acompanhá-los até a delegacia para registro. Impacientes indicam que é pre-

ciso resolver rápido, pois não podem ficar ali esperando. O residente vai na viatura com os policiais e o coordenador os segue no carro da prefeitura. Os educadores relatam que o mais difícil dessas situações é saber a quem recorrer, pois o que mais ouvem é “não podemos fazer nada”, especialmente quando há indícios de alterações envolvendo drogas e álcool.

Passam-se alguns minutos, o residente retorna ao abrigo e é impedido de entrar, mas permanece na porta fazendo ameaças, alega não ter sido atendido de maneira digna. O residente teve sua entrada proibida por desrespeito às regras internas. No dia seguinte ao ocorrido, o agora ex-residente volta para pedir desculpas, retirar suas coisas e dizer que tinha misturado remédio com drogas e “ficou louco”. Sempre que ele aparecia o clima ficava tenso e havia agitação entre os funcionários.

As regras da casa compreendem regras básicas de convivência e de respeito aos horários estabelecidos das refeições e entrada até às 21 horas na parte da noite. Não estar alterado ao entrar e não consumir álcool ou drogas no estabelecimento, ser atendido pela equipe técnica, zelar pelo respeito e boa convivência entre moradores e funcionários. Os horários pré-estabelecidos são os em que são fornecidas as refeições – café da manhã entre 06:30 e 07:30, almoço entre 12:00 e 13:00 horas, café da tarde entre 16:00 e 16:30 e jantar das 20:00 às 21:00 horas. De dia poucos moradores permaneciam na casa, saíam em busca de emprego, para vender seus artesanatos, ficar no centro e cuidar de seus interesses após o café da manhã, nem todos retornavam para o almoço e menos ainda para o café da tarde. No fim da tarde voltavam, sendo a noite o período em que mais permaneciam na casa, aguardando a janta para depois dormir. Enquanto da permanência, a equipe técnica desenvolve um programa individual de atendimento que normalmente indica a ida ao CAPS, a tentativa de restabelecer vínculos familiares e a busca de trabalho.

Durante um dos dias em que o Coordenador da Alta Complexidade estava no abrigo – em função de escala para suprir a falta de

funcionários – o questionei sobre qual seria o objetivo do atendimento. Ao que responde que é tirar as pessoas da rua, dando as mínimas condições de moradia, vestimenta, higiene e alimentação. Entretanto, ele pessoalmente não consegue ver um objetivo que compreenda mais do que isso, pois o atendimento não dá conta, as situações conflituosas exacerbam a inabilidade do estado e a difícil relação de funcionários e moradores. O questionei também no que diz respeito à presença e participação das igrejas no abrigo – já que foi anunciado em conjunto. Relata que as igrejas pressionaram para que o abrigo existisse, mas a prefeitura tentava evitar a interferência com relação ao atendimento, pois não sabiam como seria a relação. Entretanto, tal situação mudou posteriormente.

O abrigo tem um histórico de situações de violência como à relatada acima, além de frequentes casos de ameaças a agressões e contra a vida dos funcionários. Devido à tensão o trabalho era penoso, com constantes pedidos de demissões – o que dificultava a criação de vínculos institucionais. Após alguns episódios, a Secretaria de Assistência Social resolveu estreitar parcerias com a Polícia Militar – no intuito de garantir a segurança –, e com igrejas evangélicas neopentecostais da cidade que já desenvolvem um atendimento com relação aos moradores de rua. Houve então uma reunião performática no abrigo com a presença de todos – Polícia Militar, representante de igreja, funcionários e moradores – com o objetivo de mostrar a parceria entre instituições e reafirmar que nenhuma ameaça será tolerada. Após esse dia o número de residentes reduziu consideravelmente.

As desigualdades são ressaltadas e passam a nortejar o serviço, não no sentido de superação, mas sim de reafirmação de tipificações socialmente aceitas e aí em vez de questionamentos servem como fórmulas prontas de respostas a uma suposta inabilidade social dos atendidos e pelo fato de “não se ajudarem” passam a ser novamente “vagabundas, sujas, loucas, perigosas e coitadas” (Mattos; Ferreira 2004: 47) – institu-

cionalizando um “tipo” que nega sua condição de humanidade e atrofia sua possibilidade de autonomia.

O INVISÍVEL

No meu período em que estou no abrigo conheci por volta de 40 moradores. Até então, nunca tinha tido contato com moradores de rua era, de certa forma, indiferente a sua presença, do tipo que evita cruzar com eles e finge que não vê, assim negando sua condição de humanidade imputando-lhe o lugar violento de invisível. O meu sentimento mais forte durante os meses iniciais foi o medo. Medo que eu não sabia consciente e não gostava de admitir sentir, mas que se manifestava cada vez que algum dos residentes perguntava onde eu morava. A minha resposta desconcertada costumava ser sempre mais imprecisa que o comum. Tal como atentou Alba Zaluar (1994: 10) em seu estudo em uma favela de São Paulo, não era só um medo do desconhecido, mas sim

um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficante de tóxicos, etc. Apesar de saber que essa campanha não era senão a continuidade de um processo de longa data de estigmatização dos pobres, eu tinha medo. Um medo realista de me enredar em malhas cujo controle me escapasse ou de enfrentar a morte nas mãos de um bandido raivoso. Duvidei que pudesse permanecer por lá e me relacionar com as pessoas.

Igualmente, eu tinha bastante receio no que diz respeito a minha presença na casa e como seria a minha relação com os moradores. Fui apresentada como pesquisadora-estagiária que estava ali fazendo um trabalho sobre o funcionamento do abrigo. No meu primeiro dia o coordenador foi até a casa me apresentar aos trabalhadores e anunciar a minha presença a partir de então. Com os moradores não houve uma apresentação formal, partia da curiosidade deles durante conversas que tínhamos e com o decorrer da minha permanência. Meu primeiro desafio passava

a ser explicar o que estudava a antropologia – resposta sempre acompanhada de um olhar interrogativo, seguido de mais perguntas. No entendimento deles era bem próximo da psicologia – materializando “um personagem com o qual estavam acostumados a conviver” (Rui 2012: 50) –, semelhança que normalmente confirmava apontando diferenças com relação ao consultório e ao enfoque individual. Feitas as apresentações boa parte dos moradores seguia dizendo que eu iria ter sucesso no meu trabalho devido a minha postura simples, simpática e de aproximação com eles. De alguma forma, esse “êxito” tem a ver com eu ter um aspecto aparentemente inofensivo, sem vínculos suspeitos, aliado ao fato de ser mulher e jovem – situação similar à vivenciada pela antropóloga Taniele Rui (2012). Inconscientemente o jeito despojado de me vestir – camiseta ou blusa com calça jeans e tênis, sem muitos adereços – corroborava com essa imagem.

No decorrer dos meses ouvi muitas histórias, sobre suas famílias, suas viagens, sua vida. Essa relação para mim veio acompanhada de outro sentimento difícil de digerir, me sentia hipócrita. Cada vez que algum deles me tratava com carinho e atenção, eu me sentia mal. Mal por todas as vezes que fui indiferente, por todo estigma e violência que eu era portadora, eu como representante de uma classe mais privilegiada, privilégios que antes passavam na sua maioria despercebidos e repercutiam em modos de falar e portar-se. Hipocrisia por perceber na minha educação que nossa “solidariedade” tem destinatários bem pontuais e que o fato de serem pessoas em situação de rua, diz respeito a uma tão pequena parcela da vida daquelas pessoas para, a partir e somente com isso enquadrá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de uma política pública, – como demarcado pela Secretária na ressalva às especificidades, – embora possa parecer uma equação muito bem formulada – “quase como uma matemática, ou resultado lógico

e racional da ponderação e escolha de alternativas” (Castro 2012: 10), é “justamente o contrário”. Maria Soledad Maroca de Castro (2012) em sua tese acompanha o processo de construção da política pública da Rede Cegonha – na área da saúde – até o momento de sua formalização, ou seja, publicação. Explicita toda a longa e invisível trajetória necessária “do centro” até a “intervenção de fato sobre um determinado estado de coisas” (:9). Contudo, não tenho o intuito de fazer este mesmo percurso – apesar de serem áreas diferentes guardam muitas semelhanças –, mas sim observar seu momento posterior e de maior dificuldade, “a ponta”⁵, que é a ocasião em que a política pública é concretizada na realidade e, concomitantemente, uma realidade que passa a ter a diretriz de uma política pública. Isso não quer dizer que um tem mais ou menos efetividade que outro, mas sim que ambos são parte do mesmo desordenado da vida.

A categorização de vulnerabilidade e risco social rotula os usuários da política pública como deslocados, especialmente pela tríade característica – “não-propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais” (Frangella 2004: 12). Assim, encarnam o papel da “forma mais visível e extrema de marginalização econômica e social” e sua presença localizada – antes invisível nos cantos da cidade como ruas, praças, calçadas, embaixo de pontes e viadutos – é sinônimo de “ameaça às definições normativas do espaço urbano” (Frangella 2004: 12), mesmo que seja somente através da própria presença corporal (Frangella 2004; Rui 2012).

A inserção social proposta para devolver-lhes a dignidade e inseri-los, enquanto cidadãos de direito pleno, confirma a “dificuldade de inserção nas formas legítimas de reconhecimento social – tais como trabalho, moradia e formas de reprodução que culminam na ideia de uma moralidade e um modo de vida desejado” (Mello 2011: 136). O fato de construir um local adequado para recuperá-los é uma es-

⁵Expressão usada pelo MDS para se referir aos estados e municípios do Brasil.

pécie de “negação sistemática do acesso às condições de “pertencer” à sociedade” (Mello 2011: 132) e só resolve o desagradável da sua permanência em outros locais.

Assim, tal como as preocupações com relação à expectativa pelo atendimento o próprio atendimento opera com base nessas categorizações. Tomando trabalho como um dos valores, a população de rua desprovida da formalidade é vista como pessoas “improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas” (:49). Em contrapartida, o fato de não ter emprego formal é reduzido a um “psicologismo” individualista que transfere e descontextualiza a culpa e responsabilidade por esta condição as próprias pessoas em situação de rua (Mattos; Ferreira 2004).

A não inserção aos “modos convencionais” é seguida do rotulo de “anormal ou desviante” e acompanhada de um “discurso psiquiátrico” que as identifica como doentes e desajustados mentais. E além de desestabilizar a ordem social, a presença de pessoas em situação de rua é mormente associada ao perigo de transmissão e contágio de doenças que, por sua vez, é associada à sujeira. O reflexo mais comum dessa situação são as denúncias feitas pelos domiciliados para a polícia e outros órgãos – que orienta o serviço de abordagem social – quando há moradores de rua próximos as suas casas, solicitando remoção. Tal concepção é baseada, no “modelo filantrópico higiênico” ou “concepção asséptica”, cujo trabalho busca “segregar, esconder, higienizar”, tendo por lema “vamos recolher as pessoas, vamos dar banho, vamos tirar a sujeira” (Sposati 1995: 89-90 *apud* Mattos; Ferreira 2004).

Há ainda os “discursos religiosos” que entendem as pessoas em situação de rua como “dignas de piedade”. Assim, vê no modo de vida de sofrimento uma maneira de alcançar a salvação. Em contrapartida, contribui para a construção “do indivíduo em situação de rua como alguém inferior e digno de pena por suas mazelas” e “favorece ações meramente assistencialistas e paliativas” (Mattos; Ferreira 2004: 51).

Além disso, a agregação que diz respeito à imagem de pessoas em situação de rua coligada com a de trabalhadores migrantes que em certo sentido informa o atendimento (Frangella 2004) – contribuindo para isso o intenso movimento migratório para a região devido à oferta de empregos. Assim, convencionou-se a condição de vulnerabilidade e risco aos migrantes provenientes de outras regiões do país, em especial – as tidas como mais pobres do nordeste e norte do país.

Outra associação muito relevante é com relação ao álcool e às drogas, que complexifica ainda mais o acolhimento e o fazia escapar dos limites da assistência social passando ao da saúde pública – por vezes ouvi a frase “não somos uma clínica de reabilitação”. Tal relação contribui para uma ideia de perda de controle em que as drogas são um dos principais fatores para a ocorrência de todos os outros rompimentos ocasionados pelo vício – “há um elo discursivo (...) entre drogas, criminalidade, descontrole e autodestruição” (Rui 2012: 81).

Contudo, ainda conforme atenta Simone Frangella (2004: 49), com a política de atendimento as pessoas em situação de rua visando à inserção social e atenuação da condenação de seu modo de vida – como exposto anteriormente –, não dá conta de contemplar “a movimentação errante como um modo de vida de parte desse segmento”. Na sua heterogeneidade, “a relação com o trabalho e as intensidades de circulação (...) que se inicia com seu processo de desvinculações sociais e pessoais permanece” (Frangella 2004: 50). Essa mesma heterogeneidade é um dos desafios em pensar uma política pública específica, pois “esses perfis [...] se particularizam de acordo com os usos possíveis dentro de cada contexto urbano [...] e de acordo com as possibilidades que oferecem aos moradores de rua e as quais este desafia” (Frangella 2004: 49).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Maria Soledad Maroca de. 2012. *A integralidade como aposta: etnografia de uma política pública no Ministério da Saúde*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

FRANGELLA, Simone Miziara. 2004. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

MATTOS, Ricardo. M.; FERREIRA, Ricardo. F. 2004. Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2): 44-68.

MDS. 2010. *Manual de instruções, diretrizes e procedimentos operacionais para a contratação e execução de programas e ações da Secretaria Nacional de Assistência Social*.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. 2011. *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

RUI, Taniele. 2012. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.

SPOSATI, Aldaiza. 2009. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: UNESCO, v. 1, p. 13-53.

ZALUAR, Alba. 1994. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.